

ATA Nº. 1/2022

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27/04/2022

---Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas, no Centro Cultural António Aleixo em Vila Real de Santo António, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, para debater os seguintes pontos da ordem de trabalhos:-----

I – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

1. Aprovação da ata da sessão anterior;-----
2. Renúncia ao mandato do deputado Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste e tomada de posse de Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato, substituta do renunciante.-----
3. Apreciação, discussão e deliberação de moções e recomendações apresentadas bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, de âmbito local ou regional.-----

II – Período da Ordem do dia:-----

1. Informação do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da atividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve;-----
2. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal dos documentos de Prestação de Contas do ano 2021;-----
3. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 1^a Revisão ao Orçamento e GOP do ano 2022.-----

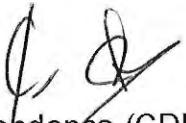
---Após apresentação de cumprimentos a todos, o Presidente da Mesa agradeceu à Presidente da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António e Secretária da Mesa, Célia Maria Marques da Rosa Paz, por ter acedido prontamente ao convite que lhe fizera para a realização desta sessão no seu concelho. Agradeceu à Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, na pessoa do seu Presidente, Dr. Álvaro Araújo, pela cedência do espaço e dos serviços dos seus colaboradores, assim como aos funcionários da AMAL envolvidos na organização e apoio logístico desta sessão. Advertiu para desligarem os telemóveis ou colocarem em modo de silêncio e informou


não ser permitido o registo de som ou imagem nesta Assembleia, excepto aos órgãos de comunicação social e com autorização da mesa aos restantes presentes nesta sessão. Disse ainda que de acordo com a legislação, recentemente publicada sobre a atual situação epidemiológica, provocada pelo coronavírus SARS-CoV2 e da doença COVID-19, o uso de máscara já não era obrigatório, contudo as restantes regras mantinham-se em vigor.

---Mais informou que, dado o número elevado de deputados nesta Assembleia, a falta do envio atempado dos boletins individuais da senhas de presença, que provocam alguns atrasos e transtornos de ordem contabilista/orçamental no seu pagamento e ainda atendendo que caminhamos para a digitalização e desmaterialização documental, a partir desta sessão inclusive, a lista que habitualmente era apenas assinada para verificação das presenças servirá também de lista para o pagamento das senhas de presença e quilómetros, ou seja, o boletim individualmente deixará de existir e passará a haver um documento único, colectivo em cada sessão, que servirá de lista para justificar a presença e pagamento das próprias senhas. Esclareceu que essa listagem foi adaptada com a informação necessária ao pagamento das senhas e quilómetros e nesse sentido cada um dos deputados na respectiva linha, deverá preencher a informação que é solicitada e realizar a sua assinatura. Após ter passado por todos, essa lista será confirmada e validada pelo Presidente da Mesa, que a entregará de imediato aos serviços de apoio desta Assembleia, para seu processamento. Apelou a todos que mantenham actualizados os seus dados pessoais nos serviços, estritamente necessários às suas funções, de acordo com as regras restritivas à protecção de dados, bem como solicitou aos membros que informem as suas Assembleias Municipais, desta necessidade, sempre que ocorram substituições.

---Terminados estes pequenos esclarecimentos, a secretaria da mesa procedeu à chamada, verificando-se a presença dos seguintes deputados:

--Carla Alexandra dos Santos Madeira Matias (PS) em substituição de Francisco José Pereira Oliveira (PS), Carlos Sérgio Freire Quintino (PSD), Leonardo Manuel Teixeira do Paço (PS) Carlos Emanuel Rafael Vieira (MIPA), António Marques Romeira Matias (PS), Graça Maria da Palma Pereira (PSD), Ivo Rafael Maltez Amendoeira (PS), Mara Alexandra Lourenço Duarte (PS) em substituição de Zita Maria Duarte Glória (Renascer), João Alfredo Fernandes Teixeira (PSD), Ernestina Maria Valongo Martins de Castro (PSD), Tiago Botelho Martins da Silva (PSD), Paulo Sérgio de Jesus Baptista (PAN) em substituição de Luís Manuel Fernandes Coelho (PS), Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD), Beatriz Graziela Calafate (PS) em substituição de

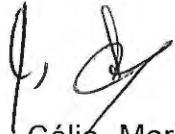

Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS), António Manuel Dias Mendonça (CDU), José Manuel Correia Águas da Cruz (PS), Maria Licínia Mendes Lourenço (PS), Vitor Manuel Grade Martins Sobral (PS), Márcio Filipe Santos Viegas em substituição de Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (PS), Rui Filipe Machado de Araújo (PSD), José Manuel da Glória de Oliveira (CDU), Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (PS), Pedro de Moraes Lobo Martins Julião (PS) em substituição de Maria Esteves Ferreira Lourenço (PS), Abel Filipe dos Santos Matinhos (PS), Elisabeta Ecaterina Necker (PS), João Carlos Dias dos Santos (PSD), Cláudia Isabel Martins Mendes (PSD), Carlos Bruno Correia de Almeida (PS), Paulo Alexandre Duarte Rosa (PSD), Rui Augusto Martins Cardoso (PS), Helder Nuno Silda do Carmo (PS), Francisco José Moleiro dos Santos (PSD), Tatiana Lourenço Queirós (PS), Marina de Carvalho Costa Esteves (PS), Maria Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira (CDU) em substituição de Pedro Miguel Sousa da Mota (BE), Carlos Eduardo Gouveia Martins (PSD), Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano (CPMF), João Manuel Rodrigues Grenhas (PS), João Varela dos Santos (CDU) em substituição de Débora Andreia Moniz dos Santos Ferreira Quaresma (CDU), Pedro Andrade (CDU) em substituição de Bruno Chícharo Pereira (CDU), José Pedro da Silva Soares (PSD), Ana Sofia Belchior da Silva Ferreira (PS), Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PSD) em substituição de Muriel Cristina Dias Neto (PSD), José Epifânio Martins Graça (PS), Jorge Humberto Martins Corvo (PSD), Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS), Gilberto Repolho dos Reis Viegas (PSD), Célia Maria Marques da Rosa Paz (PS), Manuel Filipe Pôla Alturas (PS), Anabela da Conceição Lança Marques (PSD), David Miguel Vasques Silva (PSD).-----

---Faltaram os seguintes deputados: João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD) e Fabiano Viegas Rodrigues (PSD).-----

---Faltaram os seguintes deputados mas apresentaram justificação: Luís Pedro Vieira Ribeiro (PS), Paulo Alexandre Cota de Meneses Toste (PS) pediu renúncia de mandato e a sua substituta Maria Clara de Paiva Boléro da Silva Rato (PS), não compareceu à sua tomada de posse, por motivo de doença, Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica (PS), José Manuel Figueiredo Santos (PS) e Armindo Paulo Leal Vicente (PS).-----

---Estiveram também presentes os senhores António Miguel Ventura Pina, Presidente do Conselho Intermunicipal e Joaquim José Brandão Pires, Primeiro Secretário, da Comunidade Intermunicipal do Algarve -----

--A Mesa estava constituída pelo seu Presidente, José Manuel Correia Águas da


Cruz, Vice-presidente, Tiago Botelho Martins da Silva e secretária, Célia Maria Marques da Rosa Paz.

---Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou formalmente aberta a sessão, dando início à apreciação e discussão da Ordem de Trabalhos.

I – Período de Antes da Ordem do Dia:

1. Aprovação da ata da sessão anterior: - A ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade dos membros presentes naquela sessão da Assembleia Intermunicipal.

---2. Renuncia ao mandato do deputado Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste e tomada de posse de Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato, substituta do renunciante: - O Presidente da Mesa informou que não estava presente a deputada Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato, por motivo de doença, pelo que a verificação da sua identidade e legitimidade teria lugar na próxima sessão desta Assembleia.

--3. Apreciação, discussão e deliberação de moções e recomendações apresentadas bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, de âmbito local ou regional.

---Dando-se início à discussão deste ponto, o senhor Abel Matinhos pediu a palavra para apresentar e colocar à consideração de todos, a aceitação para votação de um documento, " Voto de Pesar pelo ilustre cidadão Joaquim Vairinhos ". O Presidente da Mesa salientou que, apesar de não cumprir o prazo regimentalmente previsto para a sua entrega nos serviços, tendo em conta o seu teor e a circunstância da sua apresentação, colocou à consideração dos presentes a sua admissão para discussão e votação. O referido voto de pesar foi admitido por unanimidade, tendo o Presidente referido que a sua apreciação e votação ficaria para último lugar, seguindo-se a ordem cronológica de entrada dos documentos na Mesa.

---Seguidamente o Presidente da Mesa colocou à discussão as moções entregues nos serviços de apoio à Assembleia, no prazo previsto para o efeito e enviadas a todos os deputados, pela ordem seguinte:

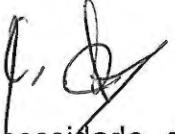
--- Moção apresentada pela bancada do PSD, intitulada " Transmissão em direto das reuniões da Assembleia Intermunicipal do Algarve ", documento número um, apenso esta ata. Sobre este assunto, o Presidente da Mesa informou que, neste momento, a AMAL está a preparar a contratualização dos serviços e meios tecnológicos necessários para fazer futuramente a gravação vídeo e transmissão em livestreaming, das reuniões da Assembleia, nas redes sociais da AMAL (FB e Youtube).

---A deputada Cláudia da Luz fez um breve resumo do conteúdo da moção, salientando que a transmissão direta das reuniões dos vários órgãos municipais aproxima os munícipes algarvios e demais interessados, a participar mais ativamente na vida política local. Após todas as bancadas dos partidos políticos e dos Movimentos com assento nesta Assembleia, se pronunciarem favoráveis ao conteúdo desta moção, o Presidente da Mesa colocou a mesma à votação. Feita a votação, a moção foi aprovada por maioria com 49 votos a favor e 1 voto contra, distribuídos entre as diferentes forças políticas aqui representadas, do seguinte modo: PS - 24 votos a favor e 1 voto contra; PSD - 17 votos a favor; CDU - 5 votos a favor; PAN - 1 voto a favor; CPMF - 1 voto a favor; MIPA - 1 voto a favor.-----

--- Seguidamente passou-se à discussão da Moção com o título "Pela Construção da Barragem da Foupana", apresentada pela bancada do PSD, documento número dois apenso a esta ata. A deputada Graça Pereira procedeu à sua leitura.-----

---Pedindo a palavra, o deputado José Graça informou que a bancada do PS sempre se manifestou favorável ao aproveitamento hídrico da ribeira da Foupana e sua bacia, contudo não podia deixar de chamar a atenção que sendo o problema da seca, no Algarve, um problema gravíssimo, nos últimos dois anos, muito já foi feito e nesse sentido a linha de pensamento deverá bem mais abrangente. Debruçando-se sobre o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve e Plano de Alterações Climáticas da AMAL, comentou que no âmbito do PRR serão investidos nesta área duzentos milhões de euros, dos quais trinta e cinco milhões serão geridos pela AMAL, para a reparação da rede de distribuição em baixa da água, que neste momento é responsável por uma quantidade enormíssima de perda de água. Frisou que muito haverá a fazer e outras medidas terão que ser tomadas, nomeando a correcção dos hábitos no consumo de água, promover a utilização da água residual tratada, avançar com a dessalinização da água do mar entre outras medidas. Considerando que a água é um bem precioso e que a sua escassez reflecte-se num problema gravíssimo não só regional como mundial e que carece resolução imediata em várias frentes de atuação, disse que o PS irá votar a favor desta moção.-----

--- O deputado João Varela disse que a CDU irá também votar a favor desta moção, criticando a atuação dos vários Governos desde o ano 2013, altura a partir da qual, a CDU tem vindo constantemente a questionar os sucessivos Governos sobre tomadas de decisão para o aproveitamento de água tanto da ribeira da Foupana assim como da ligação do sistema de rega de Silves-Portimão à barragem do Funcho, para fins agrícolas.-----


--Também o deputado João Fernandes interveio reforçando a necessidade de sermos mais assertivos e colocarmos em prática os projetos e as soluções apontadas em matéria de recursos hídricos para a região, em prol também de uma agricultura sustentável.-----

---Os deputados Carlos Vieira e Jorge Corvo intervieram manifestando-se a favor da construção desta barragem e nesse sentido a favor desta moção. O deputado António Mendonça fez um alerta afirmando que a política Agrícola Comum foi um bom negócio, mas não foi para os portugueses, assim como considera que a dessalinização também será um bom negócio, para todos menos para os algarvios e restantes portugueses.-----

---Terminada a discussão, a moção foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 50 votos a favor e 1 voto contra, distribuídos entre as diferentes forças políticas aqui representadas, do seguinte modo: PS - 25 votos a favor; PSD – 18 votos a favor; CDU – 5 votos a favor; PAN – 1 voto contra; CPMF - 1 voto a favor; MIPA - 1 voto a favor. Sobre esta moção o deputado do PAN apresentou uma declaração de voto que está apenso a esta ata e identificado como documento número três.-----

--- Moção apresentada pela bancada do PS, titulada " Atribuição da designação "Aeroporto Internacional de Algarve - Almirante Gago Coutinho" ao Aeroporto Internacional de Faro", documento número quatro, apenso a esta ata. O deputado José Graça informou que esta moção irá ser de novo distribuída, uma vez que sofreu duas pequenas alterações, uma no título, onde consta... Aeroporto Internacional do Algarve, deverá constar.... Aeroporto Internacional de Faro, e no penúltimo parágrafo foram feitos alguns ajustes. Passando à sua apresentação, o deputado José Graça afirmou que o Aeroporto Internacional de Faro é o único aeroporto no país que não tem patrono e como tal, na sequência de uma moção, aprovada na Assembleia Municipal de S. B. Alportel, sobre este assunto, o PS considera oportuno enaltecer este algarvio, pelo seu feito heróico em matéria da aventura e de conhecimento, na primeira travessia aérea do Atlântico Sul e que em muito contribuiu não só para a Aviação Naval Portuguesa como Mundial.-----

---A deputada Cláudia Luz, da bancada do PSD e da Assembleia Municipal de Faro, comentou que concorda com o conteúdo desta moção, mas não pode concordar com a forma, justificando que considera que, antes de ser votada na Assembleia Intermunicipal, a Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Faro dever-se-iam pronunciar, em primeiro lugar, sobre ela. Propôs, assim, à bancada proponente que retirasse a moção e que a apresentasse posteriormente.-----

--- Face à proposta de retirada desta moção, o deputado José Graça, da bancada do PS, solicitou à Assembleia um intervalo de cinco minutos, para o seu grupo político refletir sobre a mesma. Decorrido este período, este deputado interveio referindo que o PS aceita a proposta e retira a moção, desafiando o Município de Faro para agendar a sua apreciação e aprovação e, posteriormente, voltar a esta Assembleia.---

--- O Presidente saudou o consenso obtido pelos Grupos Intermunicipais e retirou a Moção da discussão, salientando a relevância desta moção para a Região, pelo que deveria ser submetida, de novo, à Assembleia Intermunicipal, para aprovação, pois conferir-lhe-ia uma dimensão regional.-----

--- O senhor Carlos Vieira disse concordar com o procedimento adotado relativamente a esta moção e comentou que a moção poderia voltar a referir Aeroporto Internacional do Algarve, ao que o Presidente da Mesa referiu pensar não ser possível, atentas as normas legais em vigor.-----

--- Seguidamente, foi presente a Moção apresentada pela bancada da CDU, intitulada "Os encerramentos das urgências de pediatria nos hospitais de Faro e de Portimão não podem continuar" documento número cinco, apenso a esta ata.-----

--- O Vice-Presidente, deputado Tiago Botelho Martins da Silva, declarou-se impedido de participar na discussão e votação da moção, por trabalhar no Hospital Distrital de Faro, pelo que iria retirar-se da sala.-----

--- A deputada Maria de Lurdes de Melo procedeu à leitura da moção, em voz alta.-----

--- A deputada Graça Pereira disse que o PSD concorda, na sua grande parte, com o conteúdo desta moção e reforçando o seu teor, acrescentou que os pediatras efectivamente disponíveis, neste momento, para assegurar os serviços das urgências de pediatria, maternidade e neonatologia das duas unidades hospitalares da regional são manifestamente insuficientes, tendo em conta que para assegurar os limites mínimos, nestes serviços são necessários dezanove médicos permanentemente, quando se verificava que apesar do CHU ter admitidos vinte e três, só nove ou dez estão disponíveis para trabalhar diariamente, uma vez que oito estavam de baixa médica e quatro ou cinco não fazem serviços de urgência, por motivo de idade. Comentou ainda que neste momento existe falta de comunicação entre o CHUA e o INEM sobre as Unidades que estão a funcionar em cada momento, o que provoca ainda um pior serviço, na rapidez e eficácia dos cuidados de saúde, às crianças e grávidas que recorrem ao SNS. A terminar alertou para a necessidade da valorização das carreiras dos médicos e enfermeiros, no SNS por forma a torná-las atractivas e estimulantes para a fixação destes profissionais na região do Algarve, ao contrário de pagarem

quantias abusivas a prestadores de serviços, contratados para colmatar estas necessidades. Manifestou ainda alguma perplexidade relativamente ao silêncio ensurdecedor de algumas individualidades com responsabilidades políticas nestas matérias que, outrora por muito menos, resolveram avançar com providências cautelares.

---O deputado Vítor Sobral dissertou sobre a forma como o SNS atuou nestes últimos dois anos de pandemia e sua importância na protecção da saúde dos cidadãos. Referenciando o esforço efectuado pelo Governo, nomeadamente no Orçamento de Estado de 2022, chumbado inicialmente pela CDU, no reforço de verbas no valor de setecentos milhões de euros na área da saúde, na implementação de novas medidas, nomeadamente na valorização das carreiras dos profissionais de saúde e outras deficiências estruturais operadas no SNS. Afirmou que o PS irá votar contra esta moção por considerá-la desajustada, alarmista, geradora de pânico e medo, manipuladora da opinião pública, postura que vem fazendo parte da estratégia política da CDU.

---O deputado António Mendonça manifestou-se indignado pelas palavras proferidas pelo deputado Vítor Sobral relativamente à moção bem como à CDU. Disse que este documento não tem qualquer demagogia associada, pois retrata a realidade dos fatos existentes não só nos serviços de pediatria como em todo o SNS, no Algarve.

---Os deputados José Pedro Soares e Rui Cardoso apesar de concordarem que existem deficiências no sistema do SNS foram unâimes em afirmar que este problema é estrutural, que vem já dos sucessivos Governos e que a sua resolução ultrapassa a competência desta Assembleia.

--- O deputado Carlos Gouveia Martins referiu que o SNS e a resposta na saúde e na doença, não são questões da direita nem de esquerda, é uma base sociológica que importa a todos defendê-la, sem demagogias. E acrescentou que, tendo em conta que tem conhecimento que as carências espelhadas nesta moção existem no SNS, o PSD irá votar a favor da mesma.

---O Presidente da Mesa apelou para o espírito de síntese dos senhores deputados, nas suas intervenções, por forma a que fosse cumprido o tempo regimentalmente previsto para o período de antes da ordem do dia.

---O deputado Paulo Batista disse conhecer a existência de todos estes problemas no SNS e nesse sentido iria votar a favor da moção.

---Terminada a discussão, o Presidente da Mesa colocou a moção à votação, tendo esta sido aprovada por maioria, com 30 votos a favor, 14 votos contra e 6 abstenções,


distribuídos entre as diferentes forças políticas aqui representadas, do seguinte modo:

PS - 5 votos a favor, 14 votos contra e 6 abstenções; PSD - 17 votos a favor; CDU - 5 votos a favor; PAN - 1 voto a favor; CPMF - 1 voto a favor; MIPA - 1 voto a favor.-----

---O deputado Carlos Silva Gomes declarou que o seu voto contra a moção foi apenas em relação à forma ideológica como a mesma foi apresentada e não em relação ao conteúdo.-----

--- Seguidamente foi colocada à discussão a moção apresentada pela CDU, intitulada "Pela melhoria dos transportes públicos no Algarve", documento número seis, apenso à ata.-----

---O deputado João Varela procedeu à leitura da moção, em voz alta.-----

--- Sobre o conteúdo desta moção, o Presidente do Conselho Intermunicipal prestou alguns esclarecimentos sobre o Programa da Redução Tarifária, dizendo que foi a redução de verba atribuída pelo Governo neste programa que inflacionou o valor a financiar pelos Municípios, com o aumento substancial da utilização dos serviços e transportes públicos.-----

---O deputado António Mendonça chamou atenção para o problema da Administração Central estar constantemente a aproveitar-se dos Municípios para assumirem determinadas responsabilidades, sem a sua descentralização nomeadamente ao nível das competências administrativas e financeiras e daí que a CDU considere legítima esta moção.-----

---O deputado Carlos Silva Gomes disse que, uma vez mais, não pode concordar com a forma como a CDU apresentou este assunto na moção, mas como até concorda com o seu conteúdo, sugeriu aos proponentes uma pequena rectificação ao texto, ou seja, no antepenúltimo parágrafo onde refere..."Exigir do Governo PS que não se volte atrás no financiamento do apoio ao PART...." Passe a constar..." Exigir do Governo que reforce o apoio ao financiamento do apoio ao PART...".-----

---Esta sugestão não foi aceite pela CDU, salientando que o Governo é do PS e por isso não iriam alterar a moção. Sobre esta situação os deputados Carlos Silva Gomes e Carlos Vieira interviewaram ambos, no sentido de esclarecer o motivo de tal alteração e afirmando que se a moção fosse alterada iriam votar a favor, caso contrário, iriam votar contra.-----

---Não havendo mais intervenções e não tendo sido aceite a alteração proposta, a moção foi colocada à votação, tendo sido reprovada por maioria, com 27 votos contra, 5 votos a favor e 18 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas aqui representadas, do seguinte modo: PS - 24 votos a contra; PSD - 18 abstenções

CDU - 5 votos a favor; PAN - 1 voto contra; CPMF - 1 voto contra; MIPA - 1 voto contra.

---O deputado José Graça disse que iria apresentar uma declaração de voto e informou que estando o PS a favor da decisão do Governo e do Conselho Intermunicipal sobre esta matéria, irá apresentar na próxima sessão da Assembleia uma moção, no sentido do reforço do apoio do PART à Comunidade Intermunicipal.---

---O Presidente da Mesa informou que as declarações de voto, expressas verbalmente, deverão ser enviadas, por escrito, para os serviços da Assembleia, no prazo máximo de sete dias, para poderem ser anexadas à ata.

---O deputado Paulo Batista declarou que se a CDU tivesse tido o bom senso para alterar o texto da moção, ele teria votado a favor.

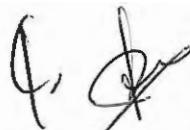
---O deputado Carlos Gouveia Martins disse que a bancada do PSD também irá apresentar uma declaração de voto, contudo deixa já registado em ata que o PSD absteve-se e não votou a favor da moção, não pelo conteúdo, pois esta matéria é de âmbito regional e une todas as bancadas, mas pela forma na sua abordagem.

-----Passou-se de imediato à apreciação e votação do voto de pesar apresentado pela CDU, titulado "Voto de Pesar pelas vítimas da guerra na Ucrânia", documento número sete apenso a esta ata. O deputado António Mendonça leu a referida moção, em voz alta.

--- O deputado Francisco Moleiro afirmou concordar com o título desta moção, porém repudiou as atitudes aqui expressas, nomeadamente quando a CDU evoca o fim da guerra que começou há oito anos e não a iniciada este ano e quando põe em causa que as imagens que passam da guerra são ampliadas pela máquina da propaganda e manipuladas pelas forças ucranianas, quando se refere aos crimes de guerra, ocorridos em Bucha e noutras localidades. Por tais razões, declarou que o PSD irá votar contra a moção.

---O deputado Pedro Andrade contestou as considerações feitas pelo deputado Francisco Moleiro sobre a moção, dizendo que as afirmações nela contidas são neutras e não estão carregadas de ideologia política, apelando por isso ao voto favorável da moção.

---O deputado Márcio Viegas disse que a bancada do PS não se revê no teor desta moção, apesar de estar solidário com o povo ucraniano. Critica a atitude dos comunistas na Assembleia da República a quando da presença do Presidente da Ucrânia, assim como não pode estar de acordo com as posições assumidas pela Rússia à Ucrânia.



---Contraponto, o deputado Pedro Andrade, referiu que neste conflito havia duas partes e citou "...há o beligerante um, Federação Rússia que invadiu o País soberano Ucrânia e depois há os beligerantes dois, que é a Ucrânia, que opta por se defender de forma belicosa..." Comentou ainda que certamente quando rebentou a Guerra na Ucrânia talvez todos os deputados estivessem a ver a bola ou telenovelas.-----

---Estas palavras mereceram um veemente repúdio por parte da generalidade dos deputados, ocasionando uma acesa controvérsia, com uso de uma linguagem imprópria, o que obrigou o Presidente da Mesa a intervir para apelar ao respeito, ao bom senso e a um relacionamento cordial entre todos, apesar das diferenças de opinião, por forma a dignificar-se a Assembleia Intermunicipal.-----

---A moção foi ainda refutada pelos deputados Abel Matinhos, João Fernandes, Margarida Flores e Ana Sofia Belchior, que manifestaram-se a favor das vítimas da guerra e do povo ucraniano, e indignaram-se por este tipo de afirmações, narraram e evocaram casos dos maus tratos e práticas cruéis que todos os dias estão a ser praticados sobre crianças, jovens e mulheres, como a separação familiar, a violência, abusos sexuais e tráfico, assim como invocaram a destruição e o clima de terror provocado pelas tropas russas ao povo ucraniano. Todos declararam que iriam votar contra a moção apresentada pela CDU.-----

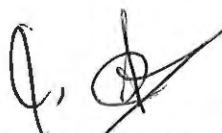
Houve ainda a intervenção dos deputados João Varela e António Mendonça que intervieram em defesa da sua moção.-----

No decorrer da discussão uma parte significativa dos deputados abandonaram a sala, em protesto, tendo o Presidente da Mesa apelado para que os deputados regressassem à sala para se proceder à votação da moção. Feita a votação, a moção foi reprovado por maioria, com 45 votos contra e 5 votos a favor, distribuídos entre as diferentes forças políticas aqui representadas, do seguinte modo: PS- 24 votos contra; PSD - 18 votos contra; CDU - 5 votos a favor; PAN - 1 voto contra; CPMF - 1 voto contra; MIPA - 1 voto contra.-----

--Posto isto, o deputado Carlos Silva Gomes, em nome da bancada do PS, propôs um minuto de silêncio pelas Vítimas da Guerra na Ucrânia, proposta que foi aprovado por unanimidade. De seguida, foi feito um minuto de silêncio.-----

---Por fim, passou-se à discussão do "Voto de pesar pelo Ilustre cidadão Joaquim Vairinhos", apresentado pela bancada do PS. O deputado Abel Matinhos procedeu à sua leitura. Não tendo havido quaisquer intervenções, passou-se de imediato à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e aclamação.-----

II – Período da Ordem do dia:



1. Informação do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da atividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve: - Tendo sido distribuído atempadamente um documento com a atividade desenvolvida pela AMAL, desde a última Assembleia, o Presidente da Mesa sugeriu que se passasse de imediato à sua discussão.

---O deputado Pedro Andrade pretendeu saber quais os compromissos assumidos pelo Governo para a resolução da problemática da falta de água, no Algarve.

---O deputado Gilberto Viegas colocou duas questões sobre a via do Infante, uma em relação às péssimas condições do pavimento naquela via, nomeadamente no barlavento, e nesse sentido pretendeu saber se a AMAL tinha conhecimento de alguma intenção programada por parte do Governo, para a sua reparação, a outra era uma sugestão para a AMAL envidar esforços junto do Governo Central, no sentido de abolir as portagens na via do Infante, entre o segundo nó e o da Mexilhoeira Grande, para assim poderem ser canalizados, para a referida via, os veículos pesados da Estrada Nacional cento e vinte cinco, na zona de Odiáxere, com o intuito de minimizar o seu nefasto impacto ambiental e compensar as populações daquela zona urbana, que segundo os últimos estudos, não é possível naquela zona, beneficiar EN125.

---Respondendo às solicitações apresentadas, o Presidente do Conselho Intermunicipal esclareceu que irá enviar, para conhecimento de todos, o ponto de situação sobre a problemática da falta de água no Algarve, com algumas medidas tomadas, muito recentemente pelo Ministro do Ambiente. Quanto à via do Infante comentou que a AMAL irá solicitar uma reunião à empresa concessionária para perceber quais os investimentos programadas para aquela via e dar nota da sugestão apresentada.

2. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal dos documentos de Prestação de Contas do ano 2021: Tendo sido atempadamente distribuídos os documentos, o Presidente da Mesa sugeriu que se passasse de imediato à sua discussão.

---O deputado Carlos Gouveia Martins, felicitando o trabalho realizado na elaboração e apresentação, em tempo útil, destes documentos, referiu que a bancada do PSD não tem nada a apontar e irá abster-se.

---Não tendo havido mais intervenções a registar, os referidos documentos foram colocados à votação, tendo resultado a sua aprovação por maioria com 23 votos a favor e 24 abstenções, distribuídos os votos entre as diferentes forças políticas aqui

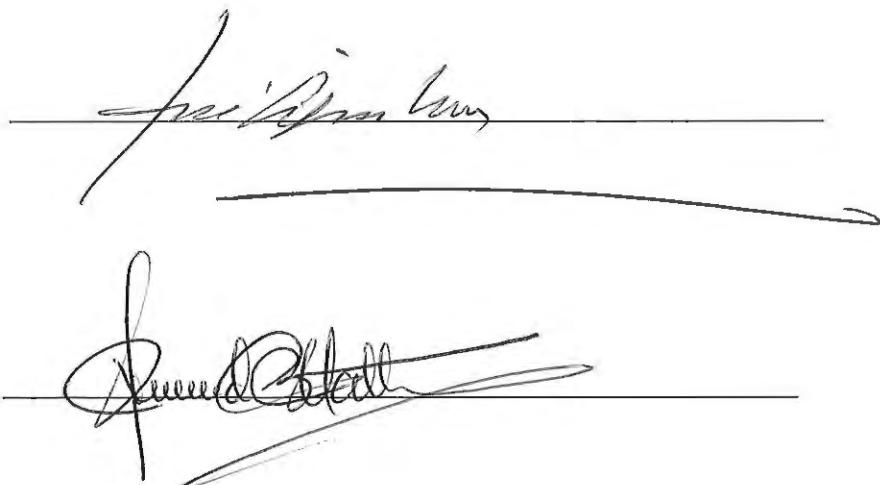
representadas, do seguinte modo: PS - 23 votos a favor; PSD - 17 abstenções; CDU - 4 abstenções; PAN - 1 abstenção; CPMF – 1 abstenção; MIPA – 1 abstenção.-----

3. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 1ª Revisão ao Orçamento e GOP do ano 2022: A pedido do Presidente do Conselho Intermunicipal, o Primeiro Secretário, Joaquim José Brandão Pires, esclareceu que esta Revisão surge devido à necessidade de actualizar os valores da receita e despesa associados ao PART-Programa de Apoio à Redução Tarifária, à inserção de pequenos projetos, pequenos ajustes em rubricas tanto ao nível da despesa como da receita e ainda para dar cumprimento a alguns formalismos de caráter técnico.-----

---O deputado José Graça enalteceu o papel de colaboração entre todos os órgãos da AMAL e seus trabalhadores, pela forma como se adaptou e manteve sempre os seus serviços a laboral, mesmo em teletrabalho, ao longo destes dois anos de pandemia.---

---Não havendo mais intervenções a registar este ponto da ordem de trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com 23 votos a favor e 24 abstenções, distribuídos os votos entre as diferentes forças políticas aqui representadas, do seguinte modo: PS - 23 votos a favor; PSD - 17 abstenções; CDU - 4 abstenções; PAN - 1 abstenção; CPMF – 1 abstenção; MIPA – 1 abstenção.----- Posto isto, foi colocada à votação a proposta de minuta das deliberações tomadas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade-----

---Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezanove horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, Almerinda Maltinha designada para o efeito a redigi. -----





Moção

Transmissão em direto das Reuniões da Assembleia Intermunicipal do Algarve

Tendo por base que a Missão da AMAL é a de “*Potenciar o desenvolvimento dos municípios e reforçar a identidade da Região (...)*”¹, que conjugada com as suas principais competências que ditam, entre outros desígnios, “*...deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução dos interesses próprios da Comunidade Intermunicipal.*”²

Considerando que atualmente, e bem, as instituições públicas têm como um dos seus objetivos principais a aproximação dos cidadãos às instituições de poder, nomeadamente as de âmbito local.

Verificando que a participação ativa dos cidadãos nas reuniões das Assembleias Municipais com apresentação de problemas das comunidades locais, tem fortalecido a nossa democracia, e o poder local tem melhorado a sua prestação em prol dos cidadãos.

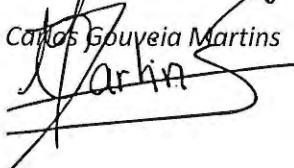
Assumindo que vivemos na era da globalização, com a liberdade que a Internet nos deu de podermos falar em tempo real com pessoas dos mais diversos cantos do mundo. E porque mais recentemente, a pandemia do COVID-19 veio permitir a utilização em larga escala dos meios digitais para fins profissionais.

Atendendo a que muitas Assembleias Municipais, no país e no Algarve, transmitem em direto as suas reuniões ordinárias e extraordinárias, numa determinação assente nos pressupostos apresentados anteriormente.

Os representantes do Partido Social Democrata com assento na Assembleia Intermunicipal do Algarve, vêm propor que todos os representantes reunidos no dia 27 de abril de 2022 na 1^ª Sessão Ordinária de 2022, deliberem:

1. Transmitir as suas sessões, ordinárias e extraordinárias, em direto (on-line), através da Internet, nos formatos de vídeo e áudio, acessível a todos os cidadãos;
2. Disponibilizar para consulta a qualquer cidadão o áudio e o vídeo registados no website da AMAL, salvaguardando todos os direitos de imagem dos intervenientes e demais normas legais em vigor.

Pela bancada intermunicipal do PSD,

Carlos Gouveia Martins


Vila Real de Santo António, 27 de abril de 2022

¹ e ² - in <https://amal.pt/amal/orgaos/assembleia-intermunicipal>

MOÇÃO

“PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DA FOUPANA”



A situação de seca em que o país, em geral, se encontra, independentemente da possibilidade de ocorrência de precipitação até os meses de verão, vem revelar a necessidade urgente de se olhar para este problema de uma forma estruturada e duradoura.

A construção de qualquer obra pelo ser humano é inevitavelmente geradora de impactos, sejam eles positivos ou negativos. Em termos ambientais, qualquer solução que interfira no ciclo da água tem os mesmos resultados. Importa minimizar os efeitos negativos e exponenciar os positivos.

O nosso Algarve é, talvez, a região que mais sofre anualmente com a falta deste recurso primário. Como principais “culpados” desta situação, surgem, sempre, em primeiro lugar, nos órgãos da comunicação social, a agricultura, seguida do golfe.

O golfe é uma importante oferta turística, nesta que é a principal região turística do país, e que em muito contribui para a entrada de divisas.

A agricultura, no sentido lato, para além de ser uma atividade fundamental para a alimentação, é também a principal arma de combate ao êxodo rural, bem como uma importante atividade económica na região e de um valor estratégico para a diversificação da economia. Esta já provou que, em tempos de crise económica, quando o turismo sofre quebras significativas, funciona como amortecedor da economia regional.

Mais que encontrar culpados para a falta de água, importa apresentar soluções para o aumento da quantidade disponível, uma vez que será demagógico pensar que com a redução da agricultura, da área de golfe ou com a limitação do consumo humano conseguimos resolver o problema. As principais fontes de consumo de água apresentam dinâmicas de crescimento e a sua limitação ou condicionamento compromete toda a evolução da região.

Como soluções, têm sido apresentadas a dessalinização, o desvio de água do Guadiana na zona do Pomarão, o aproveitamento das águas residuais, a construção de açudes móveis, etc. Todas elas importantes e exequíveis, no entanto, o custo da água resultante dessas soluções poderá ser elevado, estar condicionado pelas descargas das barragens espanholas, ou ter uma baixa capacidade de retenção.

A única solução que nos garante um custo baixo da água e que não resulta numa dependência de Espanha, que, em caso de seca, também irá reter ao máximo este recurso, é a construção de uma nova barragem.

Esta solução já foi negada pelo Sr. Ministro do Ambiente, referindo que como não chove no Algarve não faz sentido ter barragens. Nada mais errado. No Algarve chove - em curtos períodos de tempo e de forma torrencial -, o que só por si justifica a obra.

Se chove pouco, mais um motivo para se construir outra barragem, aumentando assim a capacidade de retenção de água. Se chovesse muito, esta questão não se colocava. O Sr. Ministro parte de uma premissa errada para extraír uma conclusão deturpada.

Uma nova barragem irá permitir, mais que apenas o aumento da disponibilidade de água. Apresenta uma oportunidade de desenvolvimento económico do espaço rural; permite o desenvolvimento da agricultura, com a consequente mais-valia económica; possibilita o aumento ou melhoria dos campos de golfe, com o consequente incremento da oferta turística; permite maiores garantias de futuro para o abastecimento público e garante ainda um forte contributo para a recarga dos aquíferos.

Imagine-se o que seria da agricultura algarvia, dos campos de golfe que influenciam grandemente o turismo regional ou do próprio abastecimento público da região se não se tivesse construído o sistema Beliche-Odeleite, ou o Funcho/Arado/Odelouca

Olhemos para o Alqueva e tiremos ilações. Os impactos económicos na região são imensuráveis. A débil economia da região evoluiu exponencialmente. O abastecimento público está garantido na região. O turismo despertou. A agricultura atingiu níveis nunca vistos.

Está na hora de tomarmos decisões e defender a nossa região. Urge interceder junto do poder central para a construção da barragem da Foupana, com a consequente ligação entre barragens algarvias, por forma a disponibilizar o fornecimento de água, aproveitando assim todas as infraestruturas existentes no sistema Beliche-Odeleite. As condições económicas e políticas são as mais adequadas, com um governo de maioria absoluta e com um novo quadro comunitário a entrar em execução. É este o momento certo!



DECLARAÇÃO DE VOTO

Na reunião de **27.04.2022** da Assembleia Intermunicipal do Algarve, o PAN – Pessoas – Animais – Natureza, através do seu representante nesta Assembleia, Paulo Baptista, **votou contra a Moção do PSD “Pela Construção da Barragem da Foupana”**, por entender ser uma proposta que não aborda o problema da falta de água no Algarve - a qual esta barragem supostamente iria mitigar -, de forma estruturante, ou mesmo com eventuais resultados positivos temporários significativos, a partir de uma avaliação de todos os impactos económicos, sociais e ambientais.

A falta de água é um problema transversal que afeta e continuará a afetar cada vez mais, tanto o Algarve, como todo o planeta, fruto do aumento global das temperaturas.

A proposta apresentada não entende a transversalidade e universalidade do problema, como pretende ainda aumentar o consumo de água e de áreas de regadio para campos de golfe e projetos agrícolas insustentáveis ambientalmente, “acenando” com o argumento do desenvolvimento económico local. Na verdade, este tipo de projetos agrícolas baseados em monoculturas desadaptadas à região, clima e seus recursos, tende a destruir o património natural e cultural, como a paisagem mediterrânea -, bem como o modo de vida das populações locais, indo em sentido contrário aos princípios do desenvolvimento local sustentável e resiliência das comunidades, além de destruir os solos e a biodiversidade dos locais onde são implantados. Nesse sentido o PAN tem se apresentado como o grande defensor de uma agricultura de menor escala, variada, biológica, sazonal, que impulsione a regeneração dos solos, biodiversidade e natureza.

Além do mais, as ameaças ao ecossistema existente são por demais evidentes e totalmente desconsideradas (!), nomeadamente:

- Interrupção do curso de água;
- Desaparecimento das galerias ripícolas, consequentemente mais erosão das margens e mais sedimentação no leito da barragem, com preenchimento gradual da mesma por sedimentos;
- Menor movimentação das águas (fluxo mais lento), com consequente menor dissolução de oxigénio e menor decomposição de compostos orgânicos;
- Acumulação de compostos orgânicos intermédios no leito do rio/barragem;
- Acumulação de sedimentos finos e consequente captura e deposição de matéria orgânica;
- Aumento de temperatura das águas devido à menor movimentação das mesmas;

- 
- Alteração de outras características das águas como o pH, e as concentrações dos diversos nutrientes;
 - Possível eutrofização (estagnação) devido à menor movimentação das águas e maior temperatura, com menor dissolução de oxigénio;
 - Blooms algais de cianobactérias, e consequente libertação de toxinas (neuro-, hepato- e dermo-toxinas), nocivas para a saúde humana e animal;
 - Interrupção das movimentações de animais ao longo da ribeira, para alimentação, reprodução e abrigo;
 - Desaparecimento das espécies animais menos adaptáveis às restrições de movimentação impostas e às diferentes características das águas;
 - Desaparecimento das espécies vegetais menos adaptáveis às novas condições das águas e margens;
 - Salinização gradual das águas por dissolução de sedimentos no leito da barragem, e consequente salinização dos terrenos por elas regados;
 - Menor aporte de água doce ao mar e consequente perda de zonas de berçário para espécies marinhas.

Lembramos que os caminhos de adaptação às alterações climáticas para manter a disponibilidade hídrica na região, propostos pelo PIAAC - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da AMAL (!), em nenhum momento apontam para a construção de mais barragens como parte da solução.

Mais do que uma decisão científica e técnica, esta decisão de construir uma barragem, tal como outras “soluções” que têm surgido, são fruto de uma pressão política que não tem fundamento no melhor conhecimento científico disponível sobre o assunto, descrito num documento que até foi pago com o dinheiro de todos os contribuintes e apresentado com pompa e circunstância, mas sobre o qual neste momento parece ninguém querer olhar.

Afinal para que é que foi desenvolvido um PIAAC se o objetivo passa por não o fazer cumprir?!

Resta ao PAN lamentar que em vez de tentar resolver problemas, o poder político em geral, continue a insistir nos erros que nos trouxeram a esta situação atual, desconsiderando a finitude dos recursos planetários, incluindo a água.

Neste sentido propomos alternativamente, e no geral, a implantação de charcas de menores dimensões, construídas paralelamente ao curso dos rios e ribeiras, para onde uma parte das águas destes possa ser canalizada em períodos de chuvas intensas, sem, no entanto, interromper o curso normal dos mesmos, bem como todas as suas funções enquanto ecossistemas.

Vila Real de Santo António, 27 de abril de 2022

Paulo Baptista

PAN – PESSOAS – ANIMAIS - NATUREZA



MOÇÃO

Doc. n.º 4

J, J

Atribuição da designação “Aeroporto Internacional do Algarve - Almirante Gago Coutinho” ao Aeroporto Internacional de Faro

No centenário da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, um grupo de notáveis cidadãos algarvios das mais diversas proveniências políticas, sociais e profissionais retomou a iniciativa de atribuição do nome do Almirante Gago Coutinho ao Aeroporto Internacional de Faro, promovendo a divulgação e subscrição do documento “Gago Coutinho, o Aeroporto e o Algarve”, apresentado em São Brás de Alportel, no passado dia 17 de fevereiro.

«Portugal conta com vários dos seus filhos que, por obras e feitos, deixaram o nome gravado a ouro na História da Humanidade, sobretudo na época áurea da expansão quinhentista, mas também através dos tempos.

Carlos Viegas Gago Coutinho – o almirante Gago Coutinho, que em Faro e S. Brás tem as suas origens – foi sem dúvida um dos mais brilhantes de entre todos, ao produzir uma revolução na navegação aérea, alcançando a dimensão daqueles que descobriram as rotas dos oceanos, nos séculos XV e XVI.

A Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, protagonizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, dois distintos oficiais da Marinha que no longínquo ano de 1922, quando a aviação dava os seus primeiros passos, e os homens ainda ensaiavam temerariamente a experiência de pôr a voar aparelhos que hoje consideramos primitivos, constitui um dos feitos de expressão maior nas conquistas da humanidade.

Eles ousaram atravessar os oceanos, sem ajudas, navegando com a certeza de alcançar o seu destino de forma autónoma, com base nos estudos e métodos que Gago Coutinho desenvolveu.

Usando a técnica e os instrumentos idealizados e aperfeiçoados por Gago Coutinho, os aviões passaram a poder alcançar qualquer destino que estivesse ao alcance das suas capacidades mecânicas e da sua autonomia em combustível. Foi Gago Coutinho o grande

criador desta nova técnica e o obreiro de um futuro de viagens aéreas, inimaginável no princípio do século XX, que é hoje o nosso presente.

A relevância de heroico e civilizacional feito, encontra a sua máxima expressão ao ser pela UNESCO considerado Património da Humanidade, tendo como tal, a 27 de Julho de 2011, inscrito o Relatório da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul, no Registo da Memória do Mundo.

A agência especializada da ONU, afirma que a inclusão de tais documentos naquele registo reflete o seu valor excepcional e significa que devem ser protegidos em benefício de toda a humanidade, além de oferecerem uma excelente oportunidade para chamar a atenção para a importância da memória coletiva e da sua salvaguarda.

Em 2019, ano em que teve lugar a comemoração do 150º aniversário do nascimento do Almirante Gago Coutinho, a Assembleia Municipal de S. Brás de Alportel aprovou por unanimidade uma moção propondo ao Governo a atribuição do nome "Almirante Gago Coutinho" ao Aeroporto Internacional de Faro. Também a AMAL agendou esta temática para consideração pelos seus membros.

As limitações sanitárias que então surgiram, e a que estivemos sujeitos nos dois últimos anos, vieram condicionar as iniciativas, ditando o protelar da sua concretização.

Agora, na ocasião em que se comemoram os 100 anos da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, uma vez libertos das peias sanitárias, entende-se dever ser reavivado o desígnio de homenagear o homem que abriu os céus ao mundo, retomando a iniciativa de propor a atribuição do nome "Almirante Gago Coutinho" ao Aeroporto Internacional de Faro.

Na divulgação de tal pretensão queremos realçar o apreço dos Algarvios pelo seu aeroporto, sendo notória a aspiração de o ver associado a tão relevante personalidade aeronáutica, oriunda da região.

Atribuir ao aeroporto de Faro o nome de "Aeroporto Almirante Gago Coutinho" seria uma forma de nos projetarmos no mundo, lembrando, o engenho e a capacidade criativa da gente portuguesa e o seu contributo para o desenvolvimento da humanidade.

Gago Coutinho ficou vinculado, de uma forma indelével, não só à Aviação Naval Portuguesa, que muito honrou, mas também à Aviação mundial, por virtude dos seus proficientes estudos e trabalhos sobre navegação aérea.

A par da Universidade do Algarve, o aeroporto constitui indubitavelmente a infraestrutura que aporta maiores valores, económicos e sociais ao Algarve. É pelo aeroporto, enquanto porta de entrada na região, que recebemos anualmente centenas de milhares de visitantes.

Afigura-se que nada será mais eficaz, como divulgador da imagem do Algarve, e do país, o podermos transmitir, a quem nos visita, uma mensagem simbólica de modernidade e das capacidades deste povo, valores personificados na personalidade aeronáutica, que tem as suas origens na nossa região - o Almirante Gago Coutinho.

Saldar-se-ia assim uma dívida histórica – homenageando para a posteridade um daqueles que por “feitos valorosos, se foram da lei da morte libertando”.

E projetar-se-ia Faro e o Algarve, nesta aliança a um vulto de reconhecimento universal.

Que se unam vontades, que se decida pelo progresso da Região e do País.»

Secundando a vontade dos representantes da terra natal dos seus antecessores e a determinação deste grupo de cidadãos, que aqui saudamos pela iniciativa que temos a honra de abraçar, que se unam vontades, que se decida pelo progresso do Algarve e de Portugal, recordando os feitos e honrando a memória de tão insigne e prestigiada personalidade e valorizando o nome da Região do ALGARVE.

Nesta conformidade, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida em sessão ordinária na cidade de Vila Real de Santo António, no dia 27 de abril de 2022, delibera:

- a) Solicitar ao Primeiro-Ministro e ao Governo que tomem as diligências necessárias, legais e regulamentares para atribuir a designação de AEROPORTO INTERNACIONAL DO ALGARVE – ALMIRANTE GAGO COUTINHO ao Aeroporto Internacional de Faro.
- b) Enviar a presente moção, depois de aprovada, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro das Infraestruturas e Habitação, ao Presidente da República, ao Presidente e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL e a todas as Assembleias e Câmaras Municipais do Algarve, à Presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e ao Presidente do Conselho Regional da CCDR do Algarve, e divulgá-la pela comunicação social regional e nacional.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

Hoje retificada,
presente na sessão e distituindo
a todos os deputados



MOCÃO

Atribuição de designação “Aeroporto Internacional do Faro - Almirante Gago Coutinho” ao Aeroporto Internacional de Faro

No centenário da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, um grupo de notáveis cidadãos algarvios das mais diversas proveniências políticas, sociais e profissionais retomou a iniciativa de atribuição do nome do Almirante Gago Coutinho ao Aeroporto Internacional de Faro, promovendo a divulgação e subscrição do documento “Gago Coutinho, o Aeroporto e o Algarve”, apresentado em São Brás de Alportel, no passado dia 17 de fevereiro.

«Portugal conta com vários dos seus filhos que, por obras e feitos, deixaram o nome gravado a ouro na História da Humanidade, sobretudo na época áurea da expansão quinhentista, mas também através dos tempos.

Carlos Viegas Gago Coutinho – o almirante Gago Coutinho, Que em Faro e S.Brás tem as suas origens – foi sem dúvida um dos mais brilhantes de entre todos, ao produzir uma revolução na navegação aérea, alcançando a dimensão daqueles que descobriram as rotas dos oceanos, nos séculos XV e XVI.

A Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, protagonizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, dois distintos oficiais de Marinha que no longínquo ano de 1922, quando a aviação dava os seus primeiros passos, e os homens ainda ensaiavam temerariamente a experiência de pôr a voar aparelhos que hoje consideramos primitivos, constitui um dos feitos de expressão maior nas conquistas da humanidade.

Eles ousaram atravessar os oceanos, sem ajudas, navegando com a certeza de alcançar o seu destino de forma autónoma, com base nos estudos e métodos que Gago Coutinho desenvolveu.

Usando a técnica e os instrumentos idealizados e aperfeiçoados por Gago Coutinho, os aviões passaram a poder alcançar qualquer destino que estivesse ao alcance das suas

Quente

capacidades mecânicas e da sua autonomia em combustível. Foi Gago Coutinho o grande criador desta nova técnica e o obreiro de um futuro de viagens aéreas, inimaginável no princípio do século XX, que é hoje o nosso presente.

A relevância de heroico e civilizacional feito, encontra a sua máxima expressão ao ser pela UNESCO considerado Património da Humanidade, tendo como tal, a 27 de Julho de 2011, inscrito o Relatório da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul, no Registo da Memória do Mundo.

A agência especializada da ONU, afirma que a inclusão de tais documentos naquele registo reflete o seu valor excepcional e significa que devem ser protegidos em benefício de toda a humanidade, além de oferecerem uma excelente oportunidade para chamar a atenção para a importância da memória coletiva e da sua salvaguarda.

Em 2019, ano em que teve lugar a comemoração do 150º aniversário do nascimento do Almirante Gago Coutinho, a Assembleia Municipal de S. Brás de Alportel aprovou por unanimidade uma moção propondo ao Governo a atribuição do nome "Almirante Gago Coutinho" ao Aeroporto Internacional de Faro. Também a AMAL agendou esta temática para consideração pelos seus membros.

As limitações sanitárias que então surgiram, e a que estivemos sujeitos nos dois últimos anos, vieram condicionar as iniciativas, ditando o protelar da sua concretização.

Agora, na ocasião em que se comemoram os 100 anos da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, uma vez libertos das peias sanitárias, entende-se dever ser reavivado o desígnio de homenagear o homem que abriu os céus ao mundo, retomando a iniciativa de propor a atribuição do nome "Almirante Gago Coutinho" ao Aeroporto Internacional de Faro.

Na divulgação de tal pretensão queremos realçar o apreço dos Algarvios pelo seu aeroporto, sendo notória a aspiração de o ver associado a tão relevante personalidade aeronáutica, oriunda da região.

Atribuir ao aeroporto de Faro o nome de "Aeroporto Almirante Gago Coutinho" seria uma forma de nos projetarmos no mundo, lembrando, o engenho e a capacidade criativa da gente portuguesa e o seu contributo para o desenvolvimento da humanidade.

Gago Coutinho ficou vinculado, de uma forma indelével, não só à Aviação Naval Portuguesa, que muito honrou, mas também à Aviação mundial, por virtude dos seus proficientes estudos e trabalhos sobre navegação aérea.

A par da Universidade do Algarve, o aeroporto constitui indubitavelmente a infraestrutura que aporta maiores valores, económicos e sociais ao Algarve. É pelo aeroporto, enquanto porta de entrada na região, que recebemos anualmente centenas de milhares de visitantes.

Afigura-se que nada será mais eficaz, como divulgador da imagem do Algarve, e do país, o podermos transmitir, a quem nos visita, uma mensagem simbólica de modernidade e das capacidades deste povo, valores personificados na personalidade aeronáutica, que tem as suas origens na nossa região - o Almirante Gago Coutinho.

Saldar-se-ia assim uma dívida histórica – homenageando para a posteridade um daqueles que por “feitos valorosos, se foram da lei da morte libertando”.

E projetar-se-ia Faro e o Algarve, nesta aliança a um vulto de reconhecimento universal.

Que se unam vontades, que se decida pelo progresso da Região e do País.»

Secundando a vontade dos representantes da terra natal dos seus antecessores e a determinação deste grupo de cidadãos, que aqui saudamos pela iniciativa que temos a honra de abraçar, que se unam vontades, que se decida pelo progresso do Algarve e de Portugal, recordando os feitos e honrando a memória de tão insigne e prestigiada personalidade e valorizando o nome da Região do ALGARVE.

Nesta conformidade, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida em sessão ordinária na cidade de Vila Real de Santo António, no dia 27 de abril de 2022, delibera:

- a) Recomendar ao Primeiro-Ministro e ao Governo que tomem as diligências necessárias, legais e regulamentares para designar o ALMIRANTE GAGO COUTINHO como patrono do Aeroporto Internacional de Faro, assumindo-se a designação de AEROPORTO INTERNACIONAL DE FARO – ALMIRANTE GAGO COUTINHO.
- b) Enviar a presente moção, depois de aprovada, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro das Infraestruturas e Habitação, ao Presidente da República, ao Presidente e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL e a todas as Assembleias e Câmaras Municipais do Algarve, à Presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e ao Presidente do Conselho Regional da CCDR do Algarve, e divulgá-la pela comunicação social regional e nacional.

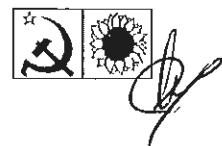
O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

RCJ

H. Gomes
Francisco
Antunes

Francisco
Costa
Maria

António
António
Antunes



Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal do Algarve, no dia 2022-04-27, em Vila Real de Santo António.

MOÇÃO

Os encerramentos das urgências de pediatria nos Hospitais de Faro e de Portimão não podem continuar

Já por mais do que uma vez foi tornado público que a urgência pediátrica do Hospital de Faro está temporariamente encerrada. A mesma situação também tem ocorrido com a urgência de pediatria do Hospital de Portimão.

O próprio Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve já fez saber, a propósito de uma dessas ocorrências, que “A carência de pediatras, a que se juntam algumas situações de baixa médica, tornam impossível a constituição das equipas das urgências pediátricas no centro hospitalar, pelo que nos vemos forçados a encerrar a urgência de pediatria da unidade de Faro”.

Estas ocorrências, que se têm tornado recorrentes ao longo dos últimos tempos, revelam não só a ausência de medidas que garantam a atração e fixação de médicos e de outros profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde, mas também uma política que, de forma indireta, contribui para alimentar o negócio dos grupos económicos privados que lucram com a falta de resposta do SNS.

Ao contrário do que diz o Ministério da Saúde, o recurso em situações de urgência pediátrica ao Hospital de Portimão, quando a resposta falha no Hospital de Faro, não é solução. Tal como também não é solução recorrer ao Hospital de Faro quando é o Hospital de Portimão que não consegue responder.

As cidades de Faro e Portimão distam 70 km uma da outra, Vila Real de Santo António fica a 115 km de Portimão e Aljezur a 110 km de Faro.

(Continua)



(Continuação)

As crianças e os pais algarvios precisam de ter a segurança de que, em qualquer eventualidade, as portas da urgência pediátrica não se encontram encerradas – seja no Hospital de Faro, seja no Hospital de Portimão - nem a saúde e a vida dos mais novos é posta em causa.

Lembramos que, infelizmente, a falta de profissionais de saúde em todo o Algarve – desde os cuidados de saúde primários, passando pelos hospitais, até aos cuidados continuados – é uma realidade que, pese embora as muitas promessas, não tem tido resposta. E se não fosse a entrega e a dedicação dos profissionais de saúde – como se viu durante o combate à pandemia -, a situação poderia ainda ser pior.

Só um Serviço Nacional de Saúde universal, público e gratuito garante o direito de todos à saúde. O direito à saúde, ainda mais quando se fala de crianças, não pode existir apenas para os que têm condições económicas para tal.

Assim, tendo em conta o que expusemos, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida em Vila Real de Santo António, no dia 27 de abril de 2022, delibere:

- 1. Exigir ao Governo PS que tome as medidas urgentes que são necessárias, com vista a garantir a atração e fixação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, investindo nas suas carreiras e remunerações e combatendo o assalto que os Hospitais privados e as Clínicas privadas estão a fazer aos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, medidas urgentes que só não estão implementadas porque o Governo PS assim o tem recusado.**
- 2. Dar conhecimento desta moção, se aprovada, ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos órgãos de comunicação social.**

Vila Real de Santo António, 27 de abril de 2022.

Os eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal do Algarve.

Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal do Algarve, no dia 2022-04-27, em Vila Real de Santo António.

MOÇÃO

Pela melhoria dos transportes públicos no Algarve

Como é do conhecimento público, o PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária, constituiu um importante avanço no caminho do alargamento do transporte público, refletindo-se na redução dos preços e no aumento da utilização. Este programa, tendo tido particular impacto junto das populações das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, representou também, embora de forma mais tímida, avanços no restante território nacional, incluindo no Algarve.

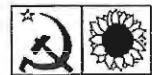
No entanto, o cruzamento entre o início da aplicação do PART e a ocorrência da pandemia associada à doença COVID-19 provocou brutais oscilações na procura de transportes públicos, umas no sentido do seu aumento (as induzidas pelo PART) e outras no sentido da sua redução (as induzidas pela pandemia). Estas oscilações tiveram diferentes implicações orçamentais para a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Em recente comunicado, a AMAL manifestou:

“Das verbas recebidas anualmente para o PART, a maior fatia provém do governo, 80%, através do Fundo Ambiental e os restantes 20% são assegurados pelos municípios, no entanto, no Algarve, esta equação alterou-se nos últimos meses. Com o fim da pandemia, a procura pelo transporte público e pela compra de passes aumentou substancialmente e os apoios do governo revelaram-se insuficientes. As autarquias da região aumentaram a comparticipação, chegando aos cerca de 50%, ou seja, metade do valor global previsto para o Algarve, o que se torna incomportável para os cofres camarários.

Atualmente a verba do PART na região ronda os 2 milhões de euros e cerca de 1 milhão está a ser assegurado pelos municípios.”

(Continua)



(Continuação)

A CDU chama a atenção de que tudo isto é consequência da opção inicial, no Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, de transferir mais esta responsabilidade para as autarquias sem transferir as receitas que a permitissem satisfazer.

Mas, face à situação criada e considerando a necessidade de defender e aprofundar o PART e salvaguardar o equilíbrio das contas dos municípios (não sacrificando outras importantes funções), é fundamental que o Governo PS esteja disponível para resolver os desequilíbrios que existem.

Tendo em conta o exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida no dia 27 de abril de 2022, em Vila Real de Santo António, delibere:

- 1. Exigir do Governo PS que não se volte atrás no financiamento do apoio ao PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos no Algarve e que seja dado cumprimento ao apoio previsto na Lei de repartição dos encargos entre o Governo, através do Fundo Ambiental, em 80% e a AMAL em 20%, permitindo assim um significativo avanço no alargamento do transporte público ao serviço das populações do Algarve e de quem nos visita.**
- 2. O reforço da verba do PART a distribuir pelas Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais, incluindo a do Algarve, no Orçamento de Estado para 2022.**
- 3. Dar conhecimento desta deliberação ao Governo, aos Grupos Parlamentares e à Comunicação Social.**

Vila Real de Santo António, 27 de abril de 2022.

Os eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal do Algarve.



Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal do Algarve, no dia 2022-04-27, em Vila Real de Santo António.

Voto de Pesar

Pelas vítimas da guerra na Ucrânia

J *G*

É preciso pôr fim à guerra que tem lugar na Ucrânia desde há oito anos e que não devia ter começado. Urge inverter a escalada de confronto económico e belicista em curso e defender a paz. É necessário assegurar as condições para um cessar-fogo e uma solução negociada, travar o aproveitamento da guerra e das sanções como pretexto para agravar as condições vida dos trabalhadores e dos povos.

Ninguém pode ficar indiferente ao sofrimento e destruição associados à guerra seja ela qual for. A morte, a perda de vidas humanas, é sempre a face mais visível da guerra e deve ser forte razão para que esta seja evitada. O que exige que seja na garantia da integridade e respeito pela vida e não na instrumentalização das vítimas de conflitos que se devem concentrar os esforços de todos os que defendem a paz.

As notícias difundidas pelos centros do poder ucraniano e ampliadas pela máquina de propaganda que tem rodeado a guerra na Ucrânia, a partir da alegação de “crimes de guerra” ocorridos em Bucha e noutras localidades da Ucrânia, bem como as alegações russas de que estamos perante operações de manipulação desencadeadas por forças ucranianas, sendo informações contraditórias, são inquietantes e exigem cabal apuramento da verdade dos factos ocorridos.

Os atos criminosos, incluindo em cenário de guerra, não só não têm justificação como merecem a mais viva condenação, ocorram eles em solo da Ucrânia, do Iraque, do Afeganistão ou da Líbia.

(Continua)



(Continuação)

O completo e rigoroso apuramento dos relatos relativos à morte de populações civis em Bucha e noutras localidades da Ucrânia, assegurado por entidades efetivamente independentes e determinado pela real avaliação dos factos ocorridos, é absolutamente necessário, sobretudo considerando exemplos comprovados de situações anteriores apresentadas como verdadeiras e que posteriormente se confirmou serem falsas e baseadas em operações de manipulação – como se verificou com a falsa invocação pelos EUA da existência de armas de destruição massiva que conduziu à guerra no Iraque com colossais sacrifícios e perda de vidas humanas – inseridas numa linha de provocação para justificar junto da opinião pública estratégias de agressão e ingerência, a partir do forjar de acusações e responsabilidades que se vieram a revelar falsas.

Há que contrariar a instigação à escalada da guerra, os seus objetivos e perigos e afirmar a urgência de soluções negociadas que garantam a paz e a segurança coletivas.

Assim, tendo em conta o exposto atrás, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida a 27 de abril de 2022, em Vila Real de Santo António, manifesta o seu pesar pelas vítimas da violência e da guerra na Ucrânia, quer as mais recentes quer as que se verificaram desde 2014, prestando um minuto de silêncio.

Vila Real de Santo António, 27 de abril de 2022.

Os eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal do Algarve.

Doc n.º 8

4

J

Assembleia Intermunicipal do Algarve
Moção voto de pesar pelo ilustre cidadão Joaquim Vairinhos

J

A Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida na sua sessão ordinária, em 27 de abril de 2022 manifesta profundo pesar pelo falecimento de um dos mais ilustres cidadãos Algarvios, Joaquim Vairinhos.

Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, nascido a 17 de maio de 1944, na freguesia de São Clemente, Loulé, foi Professor do 1º Ciclo do Ensino Básico, coordenador pedagógico distrital, coordenador Concelhio de Educação Física e inspetor orientador do Ministério da Educação. Um dos fundadores da Casa da Cultura, do Clube de Ténis e do Rugby Clube de Loulé, Vairinhos foi atleta do Sport Faro e Benfica e do Sport Lisboa e Benfica nas modalidades de atletismo e de rugby, atleta do Louletano Desportos Clube e Presidente da Assembleia Geral deste clube. Foi ainda Presidente da Assembleia Geral da Associação de Andebol do Algarve e Presidente da Assembleia Geral da Associação de Futebol do Algarve.

Como político destacou-se, desde logo, enquanto Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Loulé, como Presidente da Federação Regional do Partido Socialista do Algarve e como membro da Comissão Nacional do Partido Socialista.

A sua carreira política local passaria pela vereação sem pelouro, entre 1985 e 1989, na Câmara Municipal de Loulé e pela Presidência da Câmara, entre 1990 e 1999.

Representou, ainda, a Região do Algarve, entre 1994 e 1999, no Comité das Regiões da União Europeia, foi deputado ao Parlamento Europeu, entre 1999 e 2004 e membro da Assembleia Municipal de Loulé, entre 2017 e 2021, bem como para a assembleia intermunicipal do Algarve.

Da sua dedicação à criação literária de que foram publicadas, entre outras, as obras "Grito só silêncios nas asas do verbo", "Retalhos poéticos do quotidiano", "e se o mar fosse eu?", hoje revisitamos as palavras:

"apesar de tudo ainda quero aquele brilho do ouro puro da liberdade amassado na compreensão
sábia
amadurecido na simplicidade
amassado na compreensão sábia
amadurecido na simplicidade"

A Assembleia Intermunicipal do Algarve enaltece publicamente o prestimoso contributo de Joaquim Vairinhos na vida da comunidade e no desenvolvimento do concelho e do Algarve e endereça, neste momento de profunda consternação, as mais sentidas condolências à família e aos amigos.

Vila Real de Santo António, 27 de Abril de 2022

